

Inclusão no Ensino Superior: Vendo a UFS com o olhar da realidade

Inclusion in Higher Education: UFS Seeing with the eyes of reality

P. D. Fernandes

Universidade Federal de Sergipe, 49100-000, São Cristóvão-SE, Brasil

priferndes_17@yahoo.com.br

Este estudo tem o objetivo de analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência física no Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A questão central da pesquisa foi detectar os problemas de acessibilidade que esses alunos encontram na universidade. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, quantitativo e descritivo do Campus. A coleta dos dados foi realizada através de visitas às principais dependências do Campus, de observação nas áreas de convivências, nas salas de aula, de dados quantitativos obtidos na Comissão Central do Vestibular (CCV), no Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e nos arquivos do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência. Abordamos aqui as barreiras arquitetônicas encontradas nos diversos ambientes da universidade, bem como uma reflexão sobre a temática, embasada na legislação e na literatura sobre o assunto. Apesar de, nos últimos dois anos, estarem sendo realizadas obras no intuito de cumprir os padrões estabelecidos pelas leis, no entanto, muito ainda deve ser feito. Ainda persistem as barreiras acima elencadas (desde 2009), inviabilizando o trânsito da pessoa com deficiência física. Nesta pesquisa constatamos que as didáticas, os blocos departamentais, os centros, a Biblioteca Central - BICEN, a reitoria, o Restaurante Universitário RESUN e os estacionamentos são inacessíveis, uma vez que não condizem com as normas da ABNT 9050/2004. A melhoria das condições de acessibilidade na UFS é importante tanto para as pessoas que apresentam deficiência como também para toda a comunidade acadêmica. A convivência social de todos é preceito constitucional e o direito de ir e vir e a equiparação de oportunidades para todos são condições para a efetivação da cidadania.

Palavras-chave: Acessibilidade; Deficiência; Ensino Superior; Inclusão

This study aims to analyze the process of inclusion of students with disabilities on the campus of São Cristóvão of Universidade Federal of Sergipe (UFS). The central research question was to detect the accessibility problems that these students are in college. This is a qualitative case study, quantitative and descriptive Campus. Data collection was conducted through visits to the main campus facilities, observation areas of cohabitation, in classrooms, quantitative data obtained from the Central Committee of the Vestibular (CCV), the Department of Academic Affairs (DAA) and files of the Center for Research on School Inclusion of People with Disabilities. Was also carried out a survey of the problems of physical accessibility. We discuss here the architectural barriers found in the various environments of the university, as well as a reflection on the theme, based on readings and analysis of a basic documentation which includes articles, the Brazilian legislation and book chapters. There are still barriers listed above (since 2009), preventing the traffic of people with physical disabilities. In this study we found that the teaching, departmental blocks, the centers, the Central Library - BICEN, the rectory, the University Restaurant Resun and parking facilities are inaccessible, as not consistent with the ABNT 9050/2004. The improvement of accessibility in the UFS is important both for people with disabilities but also for the entire academic community. The social life of all is constitutional principle and the right to come and go and equalization of opportunities for all are conditions for the realization of citizenship.

Keywords: accessibility; disabilities; inclusion

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Federal de Sergipe, através do Programa de Ações Afirmativas (PAAF), oferece a partir de 2010, cota para alunos com deficiência disponibilizando uma vaga para cada curso de graduação. Desde 2009, os membros do Núcleo de Pesquisa da Pessoa com Deficiência (NUPIEPD) desenvolvem pesquisas na área de inclusão no ensino superior.

Este estudo tem o objetivo de analisar o processo de inclusão dos alunos com deficiência física no Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe (UFS). A questão central da pesquisa foi detectar os problemas de acessibilidade que esses alunos encontram na universidade.

Trata-se de um estudo de caso qualitativo, quantitativo e descritivo do Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe. A coleta dos dados foi realizada através de visitas às principais dependências do Campus, de observação nas áreas de convivências, nas salas de aula, de dados quantitativos obtidos na Comissão Central do Vestibular (CCV), no Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e nos arquivos do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência. Foi realizado também o levantamento dos problemas de acessibilidade física.

Abordamos aqui as barreiras arquitetônicas encontradas nos diversos ambientes da universidade, bem como uma reflexão sobre a temática, embasada em leituras e análise de uma documentação básica que inclui artigos, a legislação brasileira e capítulos de livros.

Cabe a frente médica da Universidade Federal de Sergipe determinar a classificação da pessoa com deficiência através da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde - CID.

De acordo com os dados fornecidos pela Pro-Reitoria de Graduação da UFS, o número de alunos com deficiência triplicou devido Ao Programa de Ações Afirmativas (PAAF). As deficiências mais encontradas na atual demanda são as de natureza física, seguidas pela deficiência auditiva e por fim a visual.

Independente de condição étnica, religiosa, deficiência física, sensorial ou intelectual toda pessoa deve ser respeitada quanto aos seus direitos a desfrutar plena convivência social. O processo de inclusão é um instrumento (ou deveria ser) de promoção social com a promessa de igualdade de oportunidades.

Os textos da legislação educacional vigentes no Brasil têm apontado para a necessidade de um sistema educacional inclusivo, que facilite a inserção de todos, sem distinção de condições linguísticas, sensoriais, cognitivas, físicas, emocionais, étnicas, socioeconômicas, um sistema educacional planejado e organizado para dar conta da diversidade dos alunos e oferecer respostas adequadas às suas características e necessidades específicas (PCNs, 1998, p.17).

A potencialização do número de pessoas cegas, surdas e com dificuldade de locomoção exige mudanças nas concepções de universidade, de avaliação, de ser humano e também uma nova postura de toda comunidade universitária. O processo de inclusão das pessoas com deficiência não é caridade, mas um direito respaldado tanto em documentos internacionais quanto na Constituição Brasileira.

2. INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

De acordo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, formulado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e assinado pelo Brasil no ano de 2007, através do decreto lei nº 7.699/06, pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas.

Segundo o decreto nº 3.298 de 1999 da Legislação Brasileira, o conceito de deficiência encontra-se no Art. 3º, considerando: “I- Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano [...]”.

Já o conceito de deficiência física encontra-se no Art. 4o, conforme abaixo:

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as

deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções; (BRASIL, 1999, p.1).

Legalmente o Brasil é um dos países mais inclusivos do mundo. No entanto, existe um hiato muito amplo entre a lei e a sua efetivação. Não se faz necessário reafirmar que o ingresso de pessoas com deficiência nas escolas, nos diversos níveis e graus, é uma questão não somente ética como também legal. Apesar da legislação com relação aos direitos da pessoa com deficiência ainda carecemos de uma cultura inclusiva que permita, de fato, o acesso de todos aos conhecimentos e a plena participação na vida acadêmica universitária.

A inclusão é um movimento social que envolve o comprometimento e a participação social e coletiva, a partir, por exemplo, da vontade política governamental nas suas esferas administrativas; da emancipação dos direitos humanos, expressos através da redução das desigualdades sociais; da oportunidade a todos os cidadãos de participarem do processo produtivo da sociedade; e do rompimento com os preconceitos, estereótipos e estigmas construídos historicamente e arraigados no imaginário social (FREITAS; RODRIGUES; KREBS, 2005).

De acordo com Prado e Sales (2009), as políticas públicas para o deficiente abriram portas para sua inserção na sociedade, sendo a partir de 1990 que se inicia o processo da inclusão como um avanço em relação à integração:

A partir dos anos 1990 o conjunto das reformas estruturais e educacionais e mais especificamente a formulação das políticas de educação inclusiva no Brasil, estiveram mais do que nunca, atrelados ao ideário neoliberal e em conformidade com idéias disseminadas em eventos promovidos por organismos internacionais que produziram debates e ações, geraram documentos com vistas a perspectivas de mudanças na educação dos alunos com deficiência. (LIMA; MENDES apud SALES; PRADO, 2009, p.5).

A proposta de incluir todos como participantes da produção social cultural e econômica destaca a igualdade entre os sujeitos, mas com o reconhecimento das diferenças no aspecto físico, psicológico e cultural. A integração e a inclusão são formas de inserção social, porém, enquanto a primeira trata as deficiências como problema pessoal dos sujeitos, a segunda considera as necessidades educacionais deles como problema social (LIMA, 2006).

Muitos são os aspectos que devem ser levados em conta na concretização da inclusão no ensino superior. As leis não bastam para garantir ao universitário formar-se um profissional competente e apto a desempenhar suas funções na sociedade, elas são indispensáveis para nortear e respaldar as ações que devem ser empreendidas. (FERREIRA, 2007).

Com efeito, é evidente a falta de preparo dos professores para incluir alunos com deficiência no terceiro grau. Torres González (2002) afirma que a ansiedade e a rejeição de muitos diante do desafio de incluir alunos com deficiência estão, na maioria das vezes, diretamente relacionadas com a falta de preparo, de informação e de experiência.

Para garantir o acesso do deficiente na educação regular se faz necessário que os professores tenham formação continuada, podendo assim estar sempre se qualificando, para possibilitar um ensino melhor e possível para todas as pessoas.

Há ainda o fato dos cursos de graduação, especialmente as Licenciaturas, em sua maioria, não contarem com a consciência da necessidade de preparação adequada para os graduandos, que terminam seus cursos sem saberem promover a inclusão nos espaços sociais que forem atuar (VITALIANO, 2007).

Segundo Martins (2006, p. 32), “uma prática social de inclusão supõe o abandono definitivo de práticas e relações sociais discriminatórias, inscrito num profundo processo de mudanças atitudinais de uns em relação aos outros.” Para ela, se faz necessário, dentro desse processo é quebrar tabus como, por exemplo, o dos indivíduos que estão acima de todos e de tudo que se julgam não depender de nada e de ninguém.

Para incluir as pessoas com deficiência física nas universidades, e neste estudo a UFS, é necessário preparar o ambiente acessível arquitetonicamente e posteriormente a cultura

desenvolvida no ambiente acadêmico, isto inclui a todos, sejam eles, alunos, professores, gestores, funcionários públicos entre outros.

No que diz respeito ao ambiente, podemos pensar em um local onde todos possam transitar sem deparar-se com qualquer tipo de barreira. Como por exemplo: nos ambientes que possuam mais de um pavimento, o ideal seria a utilização de uma rampa, ou de um elevador, possibilitando desta forma, o acesso das pessoas com limitações físicas aos outros pavimentos.

Canziani (1985, p. 53) defende que “é dever da sociedade tornar possível [...] a integração na comunidade de todos os seus membros inclusive os mais necessitados”, pois, a sociedade precisa reavaliar seus códigos de valores quanto à “atitude, habilidades e outras formas de comportamento” para com as pessoas portadoras de deficiência, possibilitando integrá-las em seu meio.

Segundo Cambiaghi (2007), um espaço acessível (ambiente ou edificação) todos os usuários podem ingressar, circular e utilizar todos os ambientes e não apenas parte deles. Neste sentido, o termo acessibilidade representa uma meta ampla de inclusão, não um eufemismo.

Desta forma, entende-se por acessibilidade a condição para a utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas ou meios de comunicações e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (DECRETO nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004).

A Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para a autorização e reconhecimento de novos cursos e credenciamento de instituições, considera a necessidade de assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial, condições básicas de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino (BRASIL, 2003). Os requisitos mínimos de acessibilidade de que trata essa portaria, para alunos com deficiência física, são:

- a) eliminação de barreiras arquitetônicas para circulação do estudante, permitindo acesso aos espaços de uso coletivo; b) reserva de vagas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviço; c) construção de rampas com corrimãos ou colocação de elevadores, facilitando a circulação de cadeira de rodas; d) adaptação de portas e banheiros com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas; e) colocação de barras de apoio nas paredes dos banheiros; f) instalação de lavabos, bebedouros e telefones públicos em altura acessível aos usuários de cadeira de rodas (BRASIL, 2003, p. 1).

O Decreto nº. 5.296 esclarece o conceito de barreira como sendo “todo e qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade de as pessoas se comunicarem ou terem acesso à informação.” (BRASIL, 2004, p.4), e as classifica como:

- a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias públicas e nos espaços de uso público; b) barreiras nas edificações: as existentes no entorno e interior das edificações de uso público e coletivo e no entorno e nas áreas internas de uso comum nas edificações de uso privado multifamiliar; c) barreiras nos transportes: as existentes nos serviços de transportes; e d) barreiras nas comunicações e informações: qualquer entrave ou obstáculo que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens por intermédio dos dispositivos, meios ou sistemas de comunicação, sejam ou não de massa, bem como aqueles que dificultem ou impossibilitem o acesso à informação (BRASIL, 2004, p. 4).

3. METODOLOGIA

A pesquisa trata-se de um estudo de caso qualitativo, quantitativo e descritivo do Campus de São Cristóvão da Universidade Federal de Sergipe. Optamos por um estudo de caso pelas seguintes razões: a natureza e a abrangência do Campus de São Cristóvão da UFS, a interpretação do novo contexto de ações afirmativas na UFS e a variedade das fontes de informação. Atualização de diferentes técnicas de coleta de dados e de fontes variadas nos permite uma visão mais detalhada da realidade dos alunos com deficiência física.

A pesquisa em forma de estudo de caso

[...] dedica-se a estudos intensivos do passado, presente e de interações ambientais (sócio-econômica, política, cultural) de uma unidade: indivíduo, grupo, instituição ou comunidade, selecionada por sua especificidade. É uma pesquisa profunda (vertical) que abarca a totalidades dos ciclos de vida da unidade (visão holística). Nesta modalidade de investigação, o caso não é fragmentado, isolado em partes, pois, na unidade, todos os elementos estão inter-relacionados. Baseia-se em uma variedade de fontes de informação, e procura englobar os diferentes pontos de vista presentes numa situação. (GRESSELER, 2004, p. 55).

A coleta dos dados foi realizada através de visitas às principais dependências do Campus, de observação nas áreas de convivências, nas salas de aula, de dados quantitativos obtidos na Comissão Central do Vestibular (CCV), no Departamento de Assuntos Acadêmicos (DAA) e nos arquivos do Núcleo de Pesquisa em Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência. Foi realizado também o levantamento dos problemas de acessibilidade física.

Os dados abaixo foram levantados no ano de 2009 através da pesquisa de Souza (2010) e que ainda prosseguiram o ano de 2010. Apesar do direito da pessoa com deficiência ser respaldado por lei, muito pouco está sendo realizado no sentido de melhorar a infra-estrutura do espaço para assegurar ao deficiente físico o direito de ir e vir na Universidade.

A partir dos dados levantados, pudemos perceber que dos 20 alunos que apresentavam deficiência física, 7 não estavam matriculados nas disciplinas correspondentes.

No vestibular de 2010, das 106 vagas para deficientes, somente 36 foram preenchidas e destes, 18,87% foram deficientes físicos e 15,09 % para as outras deficiências. Já em 2011, das 102 vagas para deficientes, 53 foram preenchidas e destes, 20, 59% são deficientes físicos e 31,37% para outras deficiências.

4. RESULTADOS

Na coleta de dados, foram levantadas as seguintes barreiras:

Didáticas I, II, III, IV, V e VI

- Bebedouro com altura compatível para cadeirantes;
- Sanitários fora das normas da ABNT;
- Portas estreitas (menor que 85 cm);
- Portas sem maçanetas;
- Porta papel higiênico alto;
- Descarga alta;
- Corrimão inacessível;
- Falta de puxadores de portas adaptados;
- Lixeiras altas;
- Torneiras altas e pias baixas dos banheiros;
- Falta de manutenção na calçada de entrada da didática I (rampas danificadas);
- Rotas de acesso dificultadas pela ausência de rampas ou elevadores as edificações ao pavimento superior;

- Auditório fora das normas de acessibilidade (ausência de espaço para cadeira de rodas, rampas de acesso aos palcos fora das normas).

Blocos Departamentais (I, II e III)

- Rotas de acesso dificultadas pela ausência de rampas ou elevadores as edificações que dêem acesso aos Departamentos de Educação, Filosofia, Serviço Social, Letras, História e Administração;
- Os pisos rebaixados para o acesso à Secretaria do CECH, da Didática III e do Bloco Departamental, estão desgastados impossibilitando o acesso.
- Não há sanitários adaptados nos blocos departamentais do CECH.

Centros (Ciências Biológicas e da Saúde - CCBS e Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas – CCET)

- Laboratórios com bancadas altas;
- Bancos altos e sem encosto que não permitem o uso por pessoas com dificuldade de mobilidade;
- Desnível que dificulta o acesso aos laboratórios;
- Sanitários não adaptados;
- Identificação incompatível para cadeirantes.

Bicen (Biblioteca Central)

- Acesso as Didáticas é dificultado pelo mau estado de conservação das passarelas. Falta de manutenção na entrada;
- Bancadas de atendimento estão com partes rebaixadas para atender os usuários de cadeira de rodas;
- Banheiros acessíveis;
- Corredores onde estão localizados os livros acessíveis;
- Dependência no acesso aos livros na parte de cima das estantes;
- Rotas de acesso dificultadas pela ausência de rampas ou elevadores as edificações ao pavimento superior.

Reitoria

- Existência de caminho pavimentado de acesso dos blocos departamentais em bom estado;
- O piso de pedra portuguesa danificado dificulta o acesso às calçadas ao redor do prédio;
- Janelas de vidro que abrem para fora, prejudicando o livre acesso de usuários de cadeiras de rodas;
- Não possui sanitários para usuários de cadeira de rodas;
- Os caixas dos bancos não estão adaptados;
- Portas de acesso com largura inferior às normas da ABNT-NRB 9050;
- Ausência de bebedouro em altura compatível aos cadeirantes;
- Sanitários não são adaptados;
- Rampa que dá acesso ao palco é íngreme e perigosa;
- Rotas de acesso dificultadas pela ausência de rampas ou elevadores as edificações ao pavimento superior.

Resun (Restaurante Universitário)

- Rampa íngreme e sem corrimão;
- Impossibilidade de lavar as mãos e de entrar no refeitório;
- Sanitário sem acessibilidade (com degraus);

- Rotas de acesso dificultadas pela ausência de rampas ou elevadores as edificações ao pavimento superior.

Estacionamento

- Falta do número legal de vagas para deficientes;
- Carros estacionados na frente de rampas de acesso para pessoas com dificuldade de locomoção;
- Desrespeito às vagas especiais;
- Insuficiência de vagas especiais e rotas inacessíveis.

Na Universidade como um todo, possui as barreiras abaixo:

- Pisos rebaixados que não leva a lugar algum;
- Falta de manutenção de calçadas e pistas do campus (inclusive, rampas danificadas);
- Ausência de contraste de cor nos degraus;
- Ausência de guarda-corpos normatizados;
- Ausência de orelhões em altura compatível com usuários de cadeiras de rodas (a um metro do chão);
- Caixas de esgoto acima do nível do piso;
- Falta de escoamento nos pisos rebaixados;
- Ausência de sinalização dos obstáculos;
- Motos estacionadas ou trafegando nas passarelas de pedestres;
- Mesas obstruindo passagens, na passarela de pedestres (cantinas localizadas nas Didáticas).

Apesar de, nos últimos dois anos, estarem sendo realizadas obras no intuito de cumprir os padrões estabelecidos pelas leis, no entanto, muito ainda deve ser feito. Ainda persistem as barreiras acima elencadas (desde 2009), inviabilizando o trânsito da pessoa com deficiência física, como por exemplo, os pavimentos superiores que não dão acesso através de rampas ou elevadores.

Para tanto, é necessário que a Universidade forneça infra-estrutura e apoio para que tais pessoas tenham garantido o pleno direito de acesso a tudo e a todos os conhecimentos desse importante centro de saber acadêmico.

A infra-estrutura adequada para receber as pessoas em situação de deficiência é uma exigência legal para a implantação e/ou reconhecimento de cursos em instituições de ensino superior. Garantir uma educação de qualidade para todas as pessoas é missão da educação e principalmente das instituições de ensino superior.

Portanto, o importante agora é efetivação de propostas educacionais de qualidade, ampliação e democratização do acesso a todos os espaços sociais. Ou seja, não basta reservar vagas, o desafio agora é adequar a universidade às condições efetivas para que todos os alunos tenham o direito e acesso de fato, aos cursos oferecidos pela Universidade Federal de Sergipe.

5. CONCLUSÕES

Nesta pesquisa constatamos que as didáticas, os blocos departamentais, os centros, a bicen, a reitoria, o resun e os estacionamentos são inacessíveis, uma vez que não condizem com as normas da ABNT 9050/2004.

Muitas vezes, as obras são realizadas, mas não atendem às necessidades das pessoas com deficiência física. Como por exemplo, os sanitários adaptados no pavimento superior sem a existência de rampa, plataforma elevatória ou elevador; rampas muito inclinadas que não permitem a locomoção dos usuários de cadeiras de rodas.

No entanto, a maioria dos alunos não necessita de nenhum recurso pedagógico adaptado, isto é, as tecnologias assistivas, mas sim de acessibilidade arquitetônica.

A presença de alunos com deficiência no ensino superior não é concretização de uma educação inclusiva, ou seja, além de oferecer oportunidades e espaços que propiciem o contato,

a sociabilidade e a integração e convivência do aluno, a instituição deve também oferecer condições para que este tenha acesso aos conhecimentos destinados a todos os demais.

A melhoria das condições de acessibilidade na UFS é importante tanto para as pessoas que apresentam deficiência como também para toda a comunidade acadêmica. A convivência social de todos é preceito constitucional e o direito de ir e vir e a equiparação de oportunidades para todos são condições para a efetivação da cidadania. Comparando o resultado da nossa pesquisa com os estudos de Souza (2010) percebemos que os problemas permanecem praticamente inalterados.

-
1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2º Ed. Rio de Janeiro, 2004.
 2. BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/c1_1679.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2010.
 3. _____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2010.
 4. _____. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996. BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Federal nº 3.284/2003. Brasília: MEC, 2003. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn2.pdf, Acesso em 29 maio 2012.
 5. _____. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998. 62 p.
 6. CAMBIAGHI, S. *Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
 7. CANZIANI, M. L. B. *Educação especial: visão de um processo dinâmico e integrado*. Curitiba: Educa, 1985.
 8. FERREIRA, S. L. *Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 1, 2007, p. 43-60.
 9. GRESSELER, L. A. Tipos de pesquisa p. 49-64. In: Introdução à Pesquisa: projetos e relatórios. São Paulo: Loyola, 2004.
 10. FREITAS, S; RODRIGUES, D; KREBS, R. *Educação inclusiva e necessidades educacionais especiais*. Santa Maria: UFSM, 2005.
 11. LIMA, P. A. *Educação inclusiva e Igualdade Social*. São Paulo: Avercamp, 2006.
 12. MARTINS, L. A. R.; et. al. *Inclusão: compartilhando saberes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
 13. PRADO, B. S; SALES. F. R. Políticas públicas para as pessoas com deficiência: em busca da equidade. In: SEMINÁRIO O NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E A PESQUISA EDUCACIONAL, 1., 2009, São Cristóvão-SE. *Anais do I Seminário O Núcleo de Pós-Graduação em Educação e Pesquisa Educacional*. São Cristóvão-SE, 2009. 1 CDROM.
 14. SOUZA, V. R. M. A inclusão do aluno com deficiência na Universidade Federal de Sergipe. In: MARCON, F.; SUBRINHO, J. M. P. *Ações afirmativas e políticas inclusivas no ensino público superior: a experiência da Universidade Federal de Sergipe*. Editora UFS, 2010. p. 125-144.
 15. TORRES GONZÁLES, J. A. *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: ARTMED, 2002.
 16. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. *Resolução nº 80/2008/CONEPE*. Disponível em: <[HTTP://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2011/files/manual/res_conepe802008.pdf](http://www.ccv.ufs.br/ccv/concursos/pss2011/files/manual/res_conepe802008.pdf)>. Acesso em: 18 dez. 2010.
 17. VITALIANO, C. R. *Análise da necessidade de preparação pedagógica de professores de cursos de licenciatura para a inclusão de alunos com necessidades especiais*. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 13, n. 3, p. 399-414, 2007.